

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 4754/2022-PGJ, DE 23.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 61º Promotor de Justiça de Campo Grande, Silvio Amaral Nogueira de Lima, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 62ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 5 a 9.10.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Candy Hiroki Cruz Marques Moreira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4755/2022-PGJ, DE 23.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 30º Promotor de Justiça de Campo Grande, Fabio Ianni Goldfinger, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 29ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 13 a 18.10.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Adriano Lobo Viana de Resende.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4756/2022-PGJ, DE 23.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos, Assessora Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça 3, Assep 3, no período de 4 a 14.10.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Ana Cristina Carneiro Dias.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4757/2022-PGJ, DE 23.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução, Daex, no período de 4 a 14.10.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Ana Cristina Carneiro Dias.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4758/2022-PGJ, DE 23.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça 4, Assep 4, no período de 19 a 21.10.2022 em razão de afastamento da Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4759/2022-PGJ, DE 23.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 32ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Daniella Costa da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 76ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 13 e 14.10.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Daniela Cristina Guiotti.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4760/2022-PGJ, DE 23.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 21ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Luciana do Amaral Rabelo, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 20ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 13 e 14.10.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4761/2022-PGJ, DE 23.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 3º Promotor de Justiça de Campo Grande, Fernando Jorge Manvailer Esgaib, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 9ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 20 e 21.10.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Emy Louise Souza de Almeida Albertini.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4762/2022-PGJ, DE 23.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 43º Promotor de Justiça de Campo Grande, Luiz Eduardo Lemos de Almeida, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 25ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no dia 4.10.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Fabricio Proença de Azambuja.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4763/2022-PGJ, DE 23.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 9ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Emy Louise Souza de Almeida Albertini, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 13 e 14.10.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Fernando Jorge Manvailer Esgaib.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4764/2022-PGJ, DE 23.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Luciano Furtado Loubet para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo do Patrimônio Público e das Fundações nos dias 13 e 14.10.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Fernando Martins Zaupa.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4765/2022-PGJ, DE 23.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 10ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Suzi Lucia Silvestre da Cruz D’Angelo, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 11ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 13 a 14.10.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Grazia Strobel da Silva Gaifatto.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4766/2022-PGJ, DE 23.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 45ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Érica Rocha Espindola, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 75ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 17 a 26.10.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Helen Neves Dutra da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4767/2022-PGJ, DE 23.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 18º Promotor de Justiça de Campo Grande, José Arturo Iunes Bobadilla Garcia, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 19ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 13 a 18.10.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Lívia Carla Guadanhim Bariani.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4768/2022-PGJ, DE 23.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 20º Promotor de Justiça de Campo Grande, Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 21ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 6 e 7.10.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Luciana do Amaral Rabelo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4714/2022-PGJ, DE 22.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a Escala de Plantão da Ouvidoria do Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul no período que antecede às eleições de 2022, conforme segue:

DIAS DE PLANTÃO	PROMOTOR DE JUSTIÇA
1º e 2.10.2022	Renzo Siufi

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4781/2022-PGJ, DE 26.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, *ad referendum* do egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

R E S O L V E :

Conceder, em caráter liminar, à 1ª Promotora de Justiça de Naviraí, Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto, licença para elaboração e qualificação da dissertação de curso de pós-graduação *stricto sensu*, programa de Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), com prejuízo de suas funções, pelo prazo de 3 (três) meses, a partir de 26.9.2022, nos termos do artigo 158 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e da Resolução nº 1/2016-CSMP, de 20.9.2016 (PGA nº 09.2022.00001333-3).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4771/2022-PGJ, DE 23.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Gerson Eduardo de Araújo, Marcos Roberto Dietz, Tiago Di Giulio Freire e Antenor Ferreira de Rezende Neto para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nos autos nº 0956896-59.2022.8.12.0001, em trâmite perante a 2ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4772/2022-PGJ, DE 23.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 8º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Moisés Casarotto, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da comarca de Água Clara, no julgamento dos autos nº 0000125-54.2013.8.12.0049, no dia 5.10.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4773/2022-PGJ, DE 23.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 17º Promotor de Justiça de Dourados, Luiz Gustavo Camacho Terçariol, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na audiência da 1ª Vara da comarca de Maracaju no dia 21.9.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4774/2022-PGJ, DE 23.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 50ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Jiskia Sandri Trentin, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Supervisão dos Acordos de Não Persecução Penal da referida Comarca no período de 23.9 a 10.10.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Candy Hiroki Cruz Marques Moreira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4775/2022-PGJ, DE 23.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Sidrolândia, Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências dos autos nº 0001940-20.2021.8.12.0045, em trâmite no Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, no dia 24.10.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4776/2022-PGJ, DE 23.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Bonito, Alexandre Estuqui Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências do Juizado Especial Adjunto da referida Comarca no dia 21.9.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4777/2022-PGJ, DE 23.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Daniela Araujo Lima da Silva 2 (dois) dias de compensação nos dias 13 e 14.10.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 31.7 a 7.8.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4778/2022-PGJ, DE 23.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar pública, para todos os efeitos legais, a Portaria CNMP-PRESI nº 294, de 20.9.2022, publicada no Diário Oficial da União, DOU, nº 180, de 21.9.2022, seção 2, p. 54, que prorrogou pelo período de 1 (um) ano a designação da Promotora de Justiça Renata Ruth Fernandes Goya Marinho para, sem prejuízo de suas funções, atuar como membro colaborador da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, CSP, do Conselho Nacional do Ministério Público, CNMP, a contar de 21.9.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4779/2022-PGJ, DE 23.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nas audiências da Vara da Justiça Militar Estadual, conforme segue:

MEMBRO	DIAS
Oscar de Almeida Bessa Filho	27.9.2022
	28.9.2022
José Luiz Rodrigues	30.9.2022

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4780/2022-PGJ, DE 23.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 66º Promotor de Justiça de Campo Grande, Estéfano Rocha Rodrigues da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 24ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 3 a 12.10.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Tathiana Correa Pereira da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4770/2022-PGJ, DE 23.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Andressa Rodrigues Crepaldi para exercer o cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, na 1ª Promotoria de Justiça de Maracaju.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-1114/2022/PGJ, DE 23.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Amilcar Araujo Carneiro Junior, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	5	17 a 21.10.2022	GOZO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº e-1115/2022/PGJ, DE 26.9.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Murilo Marquini Porto, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, símbolo MPAS206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença paternidade, no período de 16 a 20.9.2022, nos termos dos artigos 130, inciso IV, e 148, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000; e 15 (quinze) dias, em prorrogação, no período de 21.9 a 5.10.2022, nos termos da Resolução nº 21/2017-PGJ, de 28.8.2017.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1116/2022/PGJ, DE 26.9.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Silmara Diniz Paulino da Rocha, ocupante do cargo de Técnico I, símbolo MPTE201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 8 (oito) dias de licença casamento, no período de 5 a 12.9.2022, nos termos da alínea “a” do inciso III do artigo 171, e do inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**CONSELHO SUPERIOR**

DELIBERAÇÕES PROFERIDAS NA 16ª SESSÃO DE JULGAMENTO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL INICIADA EM 5 DE SETEMBRO DE 2022.

2. Ordem do dia:**2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****2.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:****1. Inquérito Civil nº 06.2022.00000417-8**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Juvenal Soares Leite

Assunto: Apurar a possível ocorrência de dano ambiental consistente na supressão de 1,91 hectares de vegetação nativa do "Bioma Mata Atlântica" na propriedade denominada "Fazenda Guassulândia", localizada em Ivinhema/MS (coordenadas geográficas - 22° 27' 31.0"S 54° 1' 43.0"W).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IVINHEMA/MS - APURAÇÃO DA OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL CONSISTENTE NA SUPRESSÃO DE 1,91 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA DO "BIOMA MATA ATLÂNTICA" NA "FAZENDA GUASSULÂNDIA" - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2022.00006659-7 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta" celebrado às fls. 91/99, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem, informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00006659-7 (fls. 104/105), para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9, do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

2. Inquérito Civil nº 06.2022.00000616-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Areeiro Só Areia Ltda.

Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental, decorrente de atividade de extração mineral, em Área de Preservação Permanente - APP, no Porto 2 do "Areeiro Só Areia Ltda.", situado no Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO/MS - APURAÇÃO DE EVENTUAL OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL DECORRENTE DA ATIVIDADE DE EXTRAÇÃO MINERAL, EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - FORMALIZAÇÃO DE TAC E ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2022.00006756-3 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando-se os autos, denota-se que, no dia 08 de julho de 2022, formalizou-se Acordo de Não Persecução Penal com o "Areeiro Só Areia Ltda." e Nelson Cardoso Araújo (fls. 56/60) o qual foi submetido à homologação judicial sob o nº 0900027-50.2022.8.12.0042. Na mesma oportunidade, também foi firmado "Termo de Ajustamento de Conduta", em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ (fls. 46/55). Com a formalização do acordo, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00006756-3 (fls. 81/82), para fiscalização das cláusulas obrigacionais, em cumprimento ao disposto no art. 39, da Resolução nº 015/2007-PGJ e ao Enunciado nº 09, do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento - homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

**3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000241-7**

76ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar as possíveis dificuldades enfrentadas pelo Serviço Social da Santa Casa de Campo Grande acerca do eixo de saída de alguns pacientes após o período de internação.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 76ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DAS POSSÍVEIS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELO SERVIÇO SOCIAL DA SANTA CASA DE CAMPO GRANDE ACERCA DO EIXO DE SAÍDA DE ALGUNS PACIENTES APÓS O PERÍODO DE INTERNAÇÃO - PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA EFETIVA MELHORA NA REDE - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Da análise do conjunto fático-probatório, verifica-se que houve a adoção de providências cabíveis para viabilizar o eixo de saída desses pacientes, seja por intermédio de contato com a Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social, seja por meio da Promotoria de Justiça do Idoso. Desta feita, tem-se que, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, houve parceria com a finalidade de cofinanciamento de 10 (dez) vagas com a Associação Brasileira de Assistência Social SEMEAVIDA, a qual oferta serviço de acolhimento institucional para pessoas com deficiência em residência inclusiva. Ademais, o Município de Campo Grande apesar de não possuir Instituição de Longa Permanência Própria, tem contratualizado vagas junto às Organizações da Sociedade Civil OSCs, bem como foram adotadas medidas para viabilizar a implementação de Residências Terapêuticas, Unidade de Acolhimento Infância Juvenil. Outrossim, observa-se que a Subsecretaria de Defesa dos Direitos Humanos SDHU atua no encaminhamento dos pacientes para as denominadas "vagas híbridas", nas hipóteses em que os usuários não são elegíveis para serviços mantidos pela Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social. Por fim, como bem pontuado pelo Parquet "De fato, nota-se que os pacientes que ainda permanecem em condições de alta na Santa Casa são idosos, sendo certo que a defesa de seus direitos enquadra-se nas atribuições da 44ª Promotoria de Justiça, visto que a atribuição desta Especializada cinge-se a "fiscalizar o cumprimento da Lei nº 8.080/1990 e aplicação dos recursos do SUS, dentre outras matérias em defesa aos direitos difusos e coletivos relacionados à saúde pública, conforme Resolução nº 0018/2010. Cumpre anotar que, no âmbito coletivo, esta Especializada continuará a acompanhar as providências adotadas pelos Gestores junto ao encaminhamento dos pacientes que se encontram em condições de alta, posto que tramita nesta 76ª Promotoria de Justiça o Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000606-8, com vistas a apurar as providências adotadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social acerca dos critérios de inclusão em Residência Terapêutica e Residência Inclusiva em razão da quantidade de pacientes em condições de alta, que ocupam leitos hospitalares." (fls. 923/924). Promoção de arquivamento - homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000266-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Sergio Leonel da Costa, Julinda Teodoro da Paz Costa e Wender Leonel da Paz

Assunto: Apurar a degradação ambiental de 1,00 hectare em área de vegetação nativa e área de preservação permanente APP (curso d'água), na Fazenda Santo Expedito, em Cassilândia, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Informações Complementares de nº 026/2 PEL/3ª CIA BPMA/2020.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CASSILÂNDIA/MS - APURAÇÃO DA REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL DE 1,00 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA E ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NA "FAZENDA SANTO EXPEDITO", SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2022.00006977-2 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que o Termo de Ajustamento de Conduta celebrado às fls. 171/178 está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o respectivo acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00006977-2 (fls. 186/187) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanesçam providências a serem tomadas nestes autos.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

**5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000615-4**

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar as condições de segurança do torcedor no Estádio Municipal Jacques da Luz Filho (Estádio das Moreninhas).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 43ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DO TORCEDOR NO ESTÁDIO MUNICIPAL JACQUES DA LUZ FILHO (ESTÁDIO DAS MORENINHAS) - RECOMENDAÇÃO EXPEDIDA - CUMPRIMENTO INTEGRAL - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE - PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se que foram adotadas todas as medidas necessárias para garantir a segurança dos torcedores e frequentadores do estádio "Jacques da Luz", durante a realização do Campeonato Sul-Mato-Grossense de Futebol Profissional Sub 20 Edição 2022, o qual transcorreu normalmente, em observância às recomendações expedidas pelo Ministério Público Estadual. Promoção de arquivamento homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

2.1.2. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**1. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000349-3**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível desmatamento realizado na propriedade de Osvaldina, supostamente cometido por uma pessoa de alcunha "Zezinho Gruta", bem como analisar a origem do material lenhoso encontrado na residência deste último investigado.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE BONITO - APURAR POSSÍVEL DESMATAMENTO REALIZADO NA PROPRIEDADE DE OSVALDINA SUPOSTAMENTE COMETIDO POR UMA PESSOA DE ALCUNHA "ZEZINHO GRUTA", BEM COMO ANALISAR A ORIGEM DO MATERIAL LENHOSO ENCONTRADO NA RESIDÊNCIA DESTA ÚLTIMO INVESTIGADO - DENÚNCIA INSUBSISTENTE - AUSÊNCIA DE DANOS AMBIENTAIS NA PROPRIEDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Denúncia anônima que não se confirmou. Realização de vistoria técnica que constatou a ausência de danos. Material lenhoso decorrente do desmonte de construções. Inexistências de outras diligências a serem adotadas. Promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000506-6

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerida: Óptica Clayton Ltda.

Assunto: Firmar termo de ajustamento de conduta com a empresa Óptica Clayton Ltda., a fim de regularizar a situação do responsável técnico do estabelecimento.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE CAMPO GRANDE - FIRMAR TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA COM A EMPRESA ÓPTICA CLAYTON LTDA., A FIM DE REGULARIZAR A SITUAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DO ESTABELECIMENTO CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Necessidade de profissional credenciado para realizar serviços técnico em óptica. Celebrado TAC com observância aos requisitos da resolução de regência. Obrigação de matricular pessoa de sua escolha em curso profissionalizante. Procedimento de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000384-1

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Município de Fátima do Sul

Requerido: Eronivaldo da Silva Vasconcelos Júnior



Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, consistente na emissão de cheques sem provisão de fundos, bem como após o término de seu mandato, pelo ex-prefeito do Município de Fátima do Sul, gestão 2013/2016, na qualidade de ordenador de despesas deste ente municipal.

Advogado: Fabio Carvalho Mendes – OAB/MS nº 9.298

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE FÁTIMA DO SUL – APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, CONSISTENTE NA EMISSÃO DE CHEQUES SEM PROVISÃO DE FUNDOS, APÓS O TÉRMINO DO MANDATO DO EX-PREFEITO, GESTÃO 2013/2016 - PRESCRIÇÃO QUINQUENAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer o objeto do Inquérito Civil. Não comprovação de que os cheques foram emitidos após o término do mandato. Ausência de documentos que demonstrem conciliação bancária. Indícios de ofensa aos princípios que regem a administração. Pretensão condenatória prescrita. Art. 23, I, da Lei n. 8.429/92. Decorrido mais de cinco anos após o término do mandato do ex-prefeito. Ausência de comprovação de danos ao erário. Inexistência de outras diligências a serem adotadas. Promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00000845-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Bela Vista

Assunto: Apurar possível irregularidade na construção de ginásio poliesportivo na Escola Municipal São Clemente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE BELA VISTA – APURAR POSSÍVEL IRREGULARIDADE NA CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO POLIESPORTIVO NA ESCOLA MUNICIPAL SÃO CLEMENTE - FINALIZAÇÃO DAS CONSTRUÇÕES - ESGOTAMENTO DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer o objeto do Inquérito Civil. Finalização das obras. Construção de um ginásio de esportes na Escola Municipal São Clemente. Construção da Escola Municipal na Aldeia Pira Kua. Ausência de fundamentos para o prosseguimento das investigações. Promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00002488-4

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Nioaque

Assunto: Apurar supostas irregularidades na aplicação de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), nos anos de 2013 e 2014, no Município de Nioaque.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE NIOAQUE – APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB), NOS ANOS DE 2013 E 2014, NO MUNICÍPIO DE NIOAQUE - PRESCRIÇÃO QUINQUENAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer o objeto do inquérito civil. Análise das prestações de conta do FUNDEB. Recomendação expedida. Adotadas medidas para conferir maior transparência aos repasses e pagamentos do fundo. Aplicação de recursos declarada regular pelo TCE. Contratação excessiva de professores temporários. Prescrição da pretensão condenatória, nos termos do art. 23, I, da Lei n. 8.429/92. Decorrido mais de cinco anos após o término do exercício do cargo em comissão. Ausência de prejuízo ao erário. Serviços efetivamente prestados. Inexistência de outras diligências a serem adotadas. Promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00003480-5

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos - AGESUL

Assunto: Apurar eventual ilegalidade na licitação nº 19/100.817/2014, na modalidade tomada de preços, do tipo menor preço, cujo objeto era a construção de ponte de concreto armado sobre o rio dos velhos, extensão de 40m, no município



de Jardim/MS pela AGESUL.

INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE JARDIM – APURAR EVENTUAL ILEGALIDADE NA LICITAÇÃO Nº 19/100.817/2014, CUJO OBJETO ERA A CONSTRUÇÃO DE PONTE DE CONCRETO ARMADO SOBRE O “RIO DOS VELHOS” - IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS - AUSÊNCIA DO ELEMENTO SUBJETIVO - DOLO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer o objeto do Inquérito Civil. Construção de ponte de concreto. Assinatura do Projeto Executivo pelo engenheiro da empresa contratada. Suposta ofensa ao art. 9º, I, da Lei 8.666/93. Constatada necessidade de alteração do projeto no momento da execução, sem alteração financeira. Ausência do elemento subjetivo dolo. Ausência de prejuízo ao erário. Inexistência de outras diligências para o prosseguimento do feito. Promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

7. Inquérito Civil nº 06.2019.00001533-4

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Centro de Convenções Rubens Gil de Camilo

Assunto: Apurar eventual perigo aos consumidores nas dependências do Centro de Convenções Ruben Gil de Camilo Auditório Manuel de Barros.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE – APURAR EVENTUAL PERIGO AOS CONSUMIDORES NAS DEPENDÊNCIAS DO CENTRO DE CONVENÇÕES RUBENS GIL DE CAMILO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto deste Inquérito Civil. Necessidade de manutenção e reformas na edificação para garantir segurança contra incêndios. Adotadas as medidas necessárias para regularização. Emitido Certificado de Vistoria temporário. Medidas básicas de segurança executadas. Compromisso de manter fechados os auditórios, com exceção do denominado “Germano Barros”, que poderá funcionar com capacidade reduzida. Projeto de Segurança Contra Incêndios em execução. Ausência de fundamentos para continuidade do feito. Promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

8. Inquérito Civil nº 06.2020.00000173-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Defesa Civil do Município de Deodápolis

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a prática de exploração de vegetação nativa em uma área de 23 hectares na Fazenda São Maros, localizada no Município de Jardim/MS, de propriedade de Vera Lúcia Barbosa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE JARDIM - APURAR A PRÁTICA DE EXPLORAÇÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM UMA ÁREA DE 23 HECTARES NA FAZENDA SÃO MARCOS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Supressão vegetal de 23 hectares e prática de queimada controlada sem autorização ambiental. Apresentado CAR. Celebrado TAC com observância aos requisitos e exigências legais. Obrigação de recuperar e indenizar os danos causados. Procedimento de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

2.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002747-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade consistente no pagamento, pelo Município de Terenos/MS, de manutenção no aparelho Raio - X da UBS central, supostamente não realizada.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – DENÚNCIA ANÔNIMA – PAGAMENTO POR SERVIÇOS NÃO REALIZADOS – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A TUTELA COLETIVA – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que os serviços contratados pelo ente público requerido foram efetivamente prestados, justificando,



assim, o pagamento contestado, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a atuação funcional do *Parquet*.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Francisco Neves Júnior.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000405-9

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Camapuã

Assunto: Apurar eventual omissão em relação à solicitação de cirurgia requerida pela idosa Izolina Mendonça da Silva.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IDOSO – DIREITO À SAÚDE – DEMORA NO ATENDIMENTO – CIRURGIA ELETIVA – ATUAÇÃO POSITIVA E EFICAZ DO PODER PÚBLICO NA REGULAÇÃO DE ACESSO AO SUS – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A ATUAÇÃO FUNCIONAL DO *PARQUET* – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que os entes públicos responsáveis pela regulação do acesso à rede SUS envidaram os esforços necessários para propiciar assistência à saúde de forma plena à cidadã solicitante, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a atuação funcional do *Parquet*.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Francisco Neves Júnior.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000598-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Laercio Carneiro da Silva

Assunto: Apurar a responsabilidade civil-ambiental de Laercio Carneiro da Silva, pela supressão de 0.18 ha de vegetação nativa do tipo “sapê”, na área de reserva legal da “Fazenda Sulamericana”, sem autorização do órgão competente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA DE RESERVA LEGAL, SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE – DEGRADAÇÃO TRANSITÓRIA QUE NÃO IMPORTA EM PREJUÍZO ECOLÓGICO – REPARAÇÃO AMBIENTAL EFETIVADA NO JUÍZO CRIMINAL E NA ESFERA ADMINISTRATIVA – ENUNCIADO n.º 03/CSMP – PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO – AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR DO *PARQUET* – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que o prejuízo ecológico que medeia, temporalmente, o instante da ação danosa e a plena recomposição da biota, por sua mínima monta, não suplanta o hiato passadício da deterioração, cuja reparação efetivar-se-á no juízo criminal e perante os órgãos ambientais competentes, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a manutenção da persecução civil, dada a perda superveniente do interesse de agir do *Parquet* para a tutela coletiva.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Francisco Neves Júnior.

2.1.4. RELATORA-CONSELHEIRA ESTHER SOUSA DE OLIVEIRA:

1. Inquérito Civil nº 06.2020.00000276-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Wilson Mendes Filho

Assunto: Analisar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade Fazenda Cachoeira, pertencente ao Sr. Wilson Mendes Filho, localizada ao longo do Rio Aquidauana, no Município de São Gabriel do Oeste/MS, que foi objeto de diagnóstico ambiental.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – ANALISAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA “FAZENDA CACHOEIRA”, LOCALIZADA AO LONGO DO RIO AQUIDAUANA – MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL – ENUNCIADO Nº 10/2017 DO CSMP – NECESSIDADE DE DILIGÊNCIAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que o arquivamento do presente procedimento se mostra prematuro, tendo em vista que não há nos autos a comprovação de que foram adotadas as medidas necessárias para a



integral reparação do dano ambiental causado. 2. Assim, faz-se necessário o retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem, para que seja expedido ofício à Polícia Militar Ambiental requisitando a realização de vistoria in loco, a fim de averiguar se houve o cumprimento integral das sugestões elaboradas pelo DAEX na Ficha Cadastral nº 0053. 3. Promoção de arquivamento não homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou o retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem para a realização das diligências sugeridas, nos termos do voto da Relatora Conselheira Esther Sousa de Oliveira.

2. Inquérito Civil nº 06.2020.00000493-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Jovelina Pereira de Souza, Laucídio Francisco Pereira e Joséfa Pereira Ribeiro

Assunto: Apurar desmatamento de 25,28 hectares em área de Savana Florestada, na Fazenda Diamante, em São Gabriel do Oeste, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 548/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE - APURAR DESMATAMENTO DE 25,28 HECTARES EM ÁREA DE SAVANA FLORESTADA NA FAZENDA DIAMANTE, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE - MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização da situação jurídico-ambiental do imóvel, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas do TAC, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00006544-3, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Esther Sousa de Oliveira.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001607-3

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades e responsabilidade quanto a não aprovação do Relatório Anual da Saúde do Município de Nioaque/MS no ano de 2013.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES DECORRENTES DA NÃO APROVAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NIOAQUE NO ANO DE 2013 – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS PELO MUNICÍPIO DE NIOAQUE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que não há razões para o prosseguimento do feito ou instauração de ação judicial cabível, porquanto o Município de Nioaque adotou as providências necessárias para sanar as irregularidades apontadas nos Relatórios de Auditoria nº 15370 e 16822, realizados pelo Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde – SUS. 2. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Esther Sousa de Oliveira.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000639-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Adriano Ferreira, Luciano Ferreira e Sonia Venerisse Giantomassi Ferreira

Assunto: Apurar o déficit de 1,51 hectares em áreas de Reserva Legal e 0,94 hectares em área de APPs, na Fazenda Dois Irmãos em Angélica/MS, conforme parecer Programa SOS RIOS: Projeto Córrego Engano, Parecer nº 015/2020 – CEIPPAM/LASANGE – UEMS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE - APURAR O DÉFICIT DE 1,51 HECTARES EM ÁREAS DE RESERVA LEGAL E 0,94 HECTARES EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NA FAZENDA DOIS



IRMÃOS – MUNICÍPIO DE ANGÉLICA – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades ambientais apontadas no Parecer nº 015/2020 – CEIPPAM/LASANGE – UEMS foram devidamente sanadas pelos proprietários do imóvel, sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou de instauração de ação civil pública. 2. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Esther Sousa de Oliveira.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00001262-2

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar eventual risco de afundamento de residências edificadas sobre um antigo lixão, situado no Jardim Canaã VI e adjacências, bem como eventual perigo de vazamento de gás metano (objeto originário do inquérito civil n. 131/2011/PJDHU/DD)

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE - APURAR EVENTUAL RISCO DE AFUNDAMENTO DE RESIDÊNCIAS EDIFICADAS SOBRE UM ANTIGO LIXÃO NO JARDIM CANAÃ VI E PERIGO DE VAZAMENTO DE GÁS METANO MUNICÍPIO DE DOURADOS - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE DESCONTAMINAÇÃO DA ÁREA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.

1. Analisando os autos, verifica-se que não há razões para o prosseguimento do feito ou ajuizamento de ação civil pública, haja vista que foi instaurado do Procedimento Administrativo n. 09.2022.00006553-2 para fiscalização e acompanhamento do processo de descontaminação da área do antigo lixão situado no Bairro Canaã VI e adjacências, conforme a recomendação feita pelo Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução – DAEX. 2. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Esther Sousa de Oliveira.

6. Inquérito Civil nº 06.2021.00000102-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Leopoldo Pozzi, Pozzi Agropecuária Ltda

Assunto: Apurar desmatamento de 16,28 hectares em área de vegetação nativa, na Fazenda Planalto da Serra, em Miranda, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 306/17/NUGEO (Operação Cervodo-Pantanal) e Parecer n. 268/20/CEIPPAM.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE – APURAR DESMATAMENTO DE 16,28 HECTARES EM ÁREA DE VEGETAÇÃO NATIVA – FAZENDA PLANALTO DA SERRA – MUNICÍPIO DE MIRANDA NECESSIDADE DE ASSINATURA DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que o Termo de Ajustamento de Conduta (fls. 279-286) foi juntado aos autos sem a assinatura da Promotora de Justiça, em desconformidade com o art. 33 da Resolução nº 15/2007-PGJ. 2. Assim, faz-se necessário o retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem, a fim de que promova a juntada aos autos da via do referido acordo devidamente assinada. 3. Promoção de arquivamento não homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou a baixa dos autos à Promotoria de justiça de origem, nos termos do voto da Relatora Conselheira Esther Sousa de Oliveira. O Conselheiro Silasneiton Gonçalves se deu por impedido de atuar em procedimento e expedientes em geral provenientes das Promotorias de Justiça de Miranda/MS, tendo em vista ser o genitor da Promotora de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça de Miranda, Cinthia Giselle Gonçalves Latorraca e da 1ª Promotoria de Justiça de Miranda, em decorrência lógica da substituição.

**7. Inquérito Civil nº 06.2021.00000998-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Paulo Roberto de Oliveira Vilela Filho, João Paulo Roberto de Oliveira Vilela e Marcelo Roberto de Oliveira Vilela

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do déficit de 77,29 hectares para compor a Reserva Legal, déficit de 2 hectares de vegetação arbórea densa em área de APP, e de 8 hectares de vegetação arbórea densa em área de Reserva Legal, na Fazenda Planalto, em Angélica, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer CEIPPAM nº 032/202.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PORTARIA 0038/2021/PJ/AIC APURAR A REGULARIDADE JURÍDICOAMBIENTAL DO DÉFICIT DE VEGETAÇÃO NATIVA SEM AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL NA FAZENDA PLANALTO – MUNICÍPIO DE ANGÉLICA - DUPLICIDADE DE PROCEDIMENTOS – LITISPENDÊNCIA - ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO MAIS RECENTE – ENUNCIADO Nº 18 DO CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se a coexistência de procedimentos tramitando no órgão de execução com a mesma parte requerida, causa de pedir e mesmo objeto, configurando-se instituto análogo ao da litispendência. 2. Considerando que os fatos apurados neste Inquérito também estão sendo investigados pela Promotoria de Justiça de Angélica no bojo do Inquérito Civil nº 06.2021.00000490-8, impõe-se o arquivamento do presente procedimento, por ser o mais recente, trasladando-se os seus elementos probatórios para o procedimento mais antigo. 3. Promoção de arquivamento homologada. Enunciado nº 18 do CSMP.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Esther Sousa de Oliveira.

2.1.5. RELATOR-CONSELHEIRO AROLDOSÉ DE LIMA:**1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2022.00004454-8**

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Recorrente: Marcos Hanemann

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar notícia de fato concernente ao Concurso Público destinado a selecionar candidatos para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva do Quadro de Pessoal Efetivo da Câmara Municipal de Campo Grande/MS.

EMENTA: RECURSO EM NOTÍCIA DE FATO – SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA REALIZAÇÃO DE CERTAME PÚBLICO – PROVA SEM ESPELHO DE CORREÇÃO – PROCEDIMENTOS INUSUAIS DURANTE A APLICAÇÃO – ATRIBUIÇÃO DO ÓRGÃO MINISTERIAL INVESTIGAR – NOVAS DILIGÊNCIAS – PROVIMENTO DO RECURSO. 1. Compulsando os autos, verifica-se que o recurso interposto deve ser provido, haja vista que a insurgência alegada pelo recorrente trata-se de interesse coletivo e o arquivamento, neste momento, mostra-se precoce. 2. Conforme o art. 129, da Constituição Federal, c/c art. 133, IV, da Carta Estadual e os arts. 26 e 28, da Lei Orgânica do MPMS, o Ministério Público tem competência de ao menos verificar se os atos apontados pelo recorrente são verossímeis e, se for o caso, adotar providências legais.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo conhecimento e provimento do recurso interposto e, consequentemente pela não homologação da promoção de arquivamento da notícia de fato e determinou a remessa do feito à Promotoria de Justiça de origem para adoção das providências necessárias, nos termos do voto do Relator Conselheiro Aroldo José de Lima.

2. Inquérito Civil nº 06.2020.00000635-7

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Antonio Bernardo Martins de Nadai e Leonor Pereira Martins

Assunto: Regularização jurídico-ambiental do desmatamento de 7,40 hectares em área de savana arborizada e florestada na propriedade rural Fazenda São Vicente VII – Gleba H.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – DESMATAMENTO ILEGAL – PARECER NUGEO – OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PARA LEGALIZAÇÃO JURÍDICO-AMBIENTAL DA PROPRIEDADE RURAL – CELEBRAÇÃO DE TAC – INSTAURAÇÃO DE P.A. – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Propriedade rural que apresenta desmatamento ilegal de 7,40 hectares de vegetação nativa, sendo necessária a reparação das irregularidades ambientais constatadas. Após intervenção ministerial, os compromissários se comprometeram a regularizar a situação jurídico-ambiental do imóvel, culminando na elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta-TAC; 2. Logo, com



Procedimento Administrativo-PA instaurado para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do pactuado no TAC, a promoção de arquivamento deve ser homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Aroldo José de Lima.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00001191-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Benjamin Piveta Assunção

Assunto: Apurar eventual supressão de árvores sem autorização do órgão ambiental competente, ocorrida na Fazenda Letícia, situada no Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – SUPRESSÃO DE ÁRVORES SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL – OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PARA A REGULARIZAÇÃO JURÍDICO-AMBIENTAL DA PROPRIEDADE – CELEBRAÇÃO DE TAC – INSTAURAÇÃO DE P.A. – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Propriedade rural autuada por infração ambiental que, após intervenção ministerial, o compromissário obrigou-se a pagar indenização pelos danos causados ao meio ambiente, bem como a não realizar o desmatamento de área de sua propriedade sem a prévia autorização ambiental, culminando, assim, na elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta-TAC; 2. Logo, com Procedimento Administrativo-PA instaurado para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do pactuado no TAC, a promoção de arquivamento deve ser homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Aroldo José de Lima.

2.1.6. RELATOR-CONSELHEIRO GERARDO ERIBERTO DE MORAIS:

1. Inquérito Civil nº 06.2020.00000794-5

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Gabriel Facchin e Giancarlo Cesiano Facchin

Assunto: Apurar eventual dano ambiental no Lote 46 do Loteamento Sítio Recreio, tal como consta da Ficha Cadastral n. 0245, no âmbito do Programa SOS Rios.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL NO LOTE 46 DO LOTEAMENTO SÍTIO RECREIO, TAL COMO CONSTA DA FICHA CADASTRAL N. 0245, NO ÂMBITO DO PROGRAMA SOS RIOS – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – VISTORIA *IN LOCO* QUE DEMONSTRA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE PRESERVADA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as diligências empreendidas não constatarem as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil; 2. A partir das diligências investigatórias realizadas no Feito, em especial relatórios técnicos de diagnóstico ambiental e de vistoria in loco (fls. 101-110, 159-161), vislumbrou-se que não houve irregularidade passível de ajuizamento de Ação Civil Pública, de modo que não há mais diligências a serem efetivadas; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Gerardo Eriberto de Moraes.

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000261-0

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Renato Oliveira Garcez Vidigal

Assunto: Apurar eventual prática de ato lesivo ao erário em virtude do suposto enriquecimento ilícito do servidor público Renato de Oliveira Garcez Vidigal, diante do recebimento indevido de remuneração por serviços que não teriam sido prestados ao Município de Dourados.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE ATO LESIVO AO ERÁRIO EM VIRTUDE DO SUPOSTO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DO SERVIDOR PÚBLICO RENATO DE OLIVEIRA GARCEZ VIDIGAL, DIANTE DO RECEBIMENTO INDEVIDO DE REMUNERAÇÃO POR SERVIÇOS QUE AINDA NÃO TERIAM SIDO PRESTADOS AO MUNICÍPIO DE DOURADOS – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – IRREGULARIDADES SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Da análise detida do



feito, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas a contento; 2. Conforme se extrai dos autos, a municipalidade adotou as medidas administrativas necessárias em face do servidor Renato de Oliveira Garcez Vidigal, aplicando-lhe a penalidade de demissão (fls. 584-587) e ajuizando a respectiva ação de cobrança para ressarcimento ao erário municipal (fls. 612-620), razão pela qual não há justificativa para que o Inquérito Civil ora em discussão permaneça em andamento, uma vez que as inconformidades não mais persistem; 3. Enfim, acresça-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Gerardo Eriberto de Moraes.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00001841-0

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Alexsandro Marques Cordeiro

Assunto: Apurar notícia indicativa de eventual irregularidade na tramitação do Projeto de Lei 10/2019 que dispõe sobre o quadro de pessoal e o plano de carreira dos servidores da Câmara Municipal de Laguna Carapã.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR NOTÍCIA INDICATIVA DE EVENTUAL IRREGULARIDADE NA TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI 10/2019 QUE DISPÕE SOBRE O QUADRO DE PESSOAL E O PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGUNA CARAPÃ - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - IRREGULARIDADES SANADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Da análise detida do feito, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas a contento; 2. Conforme se extrai dos autos, a Câmara Municipal adotou as medidas administrativas necessárias para correção da ilegalidade apontada, acatando os pontos indicados na Recomendação Ministerial n. 001/2021 (fls. 560-565), bem como elaborando os projetos de Lei n. 004/2021 e 005/2021, devidamente sancionados e que dispõe sobre o quadro de pessoal e o plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores públicos municipais, bem como sobre a Estrutura Organizacional e Administrativa da Câmara Municipal de Laguna Carapã (fls. 592-1136), razão pela qual não há justificativa para que o Inquérito Civil ora em discussão permaneça em andamento, vez que as inconformidades não mais persistem; 3. Enfim, acresça-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Gerardo Eriberto de Moraes.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00001483-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Núcleo Ambiental de Apoio ao CAOMA - MPMS, Promotoria de Justiça da Comarca de Bandeirantes

Requeridos: Rômulo de Campos Belo, Morgana Cristina Comparim de Campos Belo

Assunto: Apurar o desmatamento de 15,21 hectares em área declarada como remanescente de vegetação nativa e reserva legal, na Estância Cachoeira e Chácara Nossa Senhora do Carmo, em Jaraguari-MS, sem autorização ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 258/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR O DESMATAMENTO DE 15,21 HECTARES EM ÁREA DECLARADA COMO REMANESCENTE DE VEGETAÇÃO NATIVA E RESERVA LEGAL, NA ESTÂNCIA CACHOEIRA E CHÁCARA NOSSA SENHORA DO CARMO, EM JARAGUARI/MS, SEM AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME LAUDO TÉCNICO N. 258/21/NUGEO (PROGRAMA DNA AMBIENTAL) – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC com os compromissários, os quais se comprometeram a realizar as obrigações contidas nas fls. 136-142; 2. Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2022.00007027-9, para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2016 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as irregularidades diagnosticadas foram objeto de TAC; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-



PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Gerardo Eriberto de Moraes.

5. Inquérito Civil nº 06.2016.00001394-6

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Investigar a ausência de infraestrutura viária na rodovia MS 164 com relação à instalação de redutores de velocidade nas proximidades da Escola Estadual Nova Itamarati, bem como sinalização de travessia de pedestres e ponto de ônibus escolar.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A AUSÊNCIA DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA NA RODOVIA MS 164 COM RELAÇÃO À INSTALAÇÃO DE REDUTORES DE VELOCIDADE NAS PROXIMIDADES DA ESCOLA ESTADUAL NOVA ITAMARATI, BEM COMO SINALIZAÇÃO DE TRAVESSIA DE PEDESTRES E PONTO DE ÔNIBUS ESCOLAR – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – IRREGULARIDADES SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Nota-se que não há justificativa para que o Inquérito Civil ora em discussão permaneça em andamento, uma vez que houve adoção de providências por parte da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul (Agesul), consistentes na implantação de dispositivos de redução de velocidade (quebra-molas) e instalação de sinalização vertical e horizontal na via, de modo a garantir maior segurança aos transeuntes do local; 2. Enfim, acresça-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil). 3. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Gerardo Eriberto de Moraes.

6. Inquérito Civil nº 06.2021.00000698-3

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Lucas Pagnoncelli, AGRO PAGNOCELLI LTDA

Assunto: Apurar desmatamento possivelmente ilegal de 6,81 hectares de vegetação nativa integrante do Bioma Mata Atlântica na Chácara Campo Verde, em Aral Moreira/MS, conforme constatado pelo Parecer nº 51/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR DESMATAMENTO POSSIVELMENTE ILEGAL DE 6,81 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA INTEGRANTE DO BIOMA MATA ATLÂNTICA NA CHÁCARA CAMPO VERDE, EM ARAL MOREIRA/MS, CONFORME CONSTATADO PELO PARECER N. 51/21/NUGEO (PROGRAMA DNA AMBIENTAL) – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC com o compromissário, o qual se comprometeu a realizar as obrigações contidas nas fls. 186-194; 2. Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2022.00006749-6, para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2016 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as irregularidades diagnosticadas foram objeto de TAC; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Gerardo Eriberto de Moraes.

7. Inquérito Civil nº 06.2019.00001073-9

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar as providências a serem adotadas para o regular funcionamento da Central de Interpretação de Libras, pertencente ao Estado de Mato Grosso do Sul.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR AS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PARA O REGULAR FUNCIONAMENTO DA CENTRAL DE INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS, PERTENCENTE AO ESTADO DE



MATO GROSSO DO SUL – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – IRREGULARIDADES SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Da análise dos autos, verifica-se que houve convenção entre o Estado de Mato Grosso do Sul e o Município de Campo Grande para instalação da Central Municipal de Interpretação de Libras (CMILCG), cuja inauguração ocorreu em 30/09/2021 e que atenderá as demandas da comunidade surda, abrangendo e estendendo a prestação dos serviços para todas as esferas públicas que demandem sua atividade, seja municipal, estadual ou federal; 2. Por essas razões, nota-se que não há justificativa para que o Inquérito Civil ora em discussão permaneça em andamento, uma vez que foram adotadas as medidas necessárias à correção das irregularidades inicialmente apontadas; 3. Enfim, acresça-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Gerardo Eriberto de Moraes.

2.1.7. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:

1. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000226-9

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Miranda

Assunto: Apurar suposta prática de nepotismo envolvendo a contratação dos servidores Gedivaldo Ramalho, Rita Ramalho e Lilian Ramalho pelo Município de Miranda.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE MIRANDA - APURAR SUPOSTA PRÁTICA DE NEPOTISMO ENTRE SERVIDORES MUNICIPAIS - IRREGULARIDADES SANADAS - EXONERAÇÃO DO SERVIDOR COM GRAU DE PARENTESCO - AUSÊNCIA DE SUBORDINAÇÃO HIERÁRQUICA ENTRE AS DEMAIS SERVIDORAS – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades constatadas durante as investigações foram devidamente sanadas, mediante a exoneração do servidor com grau de parentesco que exercia a função de Secretário Municipal de Administração e Finanças. Ademais, no que tange as demais servidoras parentes entre si, verificou-se que estas exercem funções em órgãos da administração municipal distintos e sem subordinação hierárquica. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya. O Conselheiro Silasneiton Gonçalves se deu por impedido de atuar em procedimentos e expedientes em geral provenientes das Promotorias de Justiça de Miranda/MS, tendo em vista ser o genitor da Promotora de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça de Miranda, Cinthia Giselle Gonçalves Latorraca e da 1ª Promotoria de Justiça de Miranda, em decorrência lógica da substituição.

2. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2022.00003139-7 - SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo provimento do recurso interposto e pela consequentemente não homologação da promoção de arquivamento da Notícia de Fato, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000918-7

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Município de Figueirão, Empresa Tecnológica Comércio e Serviço para Construção Civil Eireli, Marcus Vinícius Vieira

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa atinente à Dispensa de Licitação nº 97/2019, que tinha por objeto a prestação de serviço de manutenção emergencial e aquisição de peças para frota oficial veicular do município de Figueirão/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMAPUÃ - MUNICÍPIO DE FIGUEIRÃO - APURAR IRREGULARIDADES EM DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS - SUPOSTO SUPERFATURAMENTO E INDEVIDA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - NÃO COMPROVAÇÃO DOS FATOS NOTICIADOS – CONTRATAÇÃO MEDIANTE PRÉVIA COTAÇÃO DE PREÇOS - SERVIÇOS DEVIDAMENTE



PRESTADOS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que o procedimento administrativo para a contratação da empresa de manutenção veicular observou os requisitos para o seu trâmite, havendo prévia cotação de preços com empresas distintas. Ademais, não restou evidenciado dano ao erário ou a presença de má-fé na dispensa de licitação, sendo os serviços devidamente prestados. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

4. Inquérito Civil nº 06.2020.00000272-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Espólio de Geneci Balzan - Fazenda Ponto Alto 2

Assunto: Analisar a regularidade jurídico-ambiental das propriedades localizadas ao longo do Rio Aquidauana, no Município de São Gabriel do Oeste/MS, que foram objeto de diagnóstico ambiental, conforme Ofício nº 360/2016/CAOMA.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE SÃO GABRIEL DO OESTE - APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DAS PROPRIEDADES LOCALIZADAS AO LONGO DO RIO AQUIDAUANA - OBSERVÂNCIA DO ENUNCIADO Nº 10 DO CSMP – DILIGÊNCIAS FALTANTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que é indispensável averiguar se o dano ambiental constatado no diagnóstico ambiental ainda persiste e, em caso afirmativo, necessário a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, de acordo com o Enunciado nº 10 do CSMP. Assim, vota-se pela não homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou a remessa do feito à Promotoria de Justiça de origem para as providências pertinentes, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

2.1.8. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001263-3

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS

Assunto: Apurar as condições de higiene e segurança no trabalho do Laboratório de Anatomia Humana da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, bem como verificar a regularidade ambiental e existência de Plano de Gerenciamento de Resíduos de Saúde PGRSS, devidamente implementado e aprovado pelo órgão ambiental competente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE DOURADOS – MEIO AMBIENTE – LABORATÓRIO DE ANATOMIA HUMANA – UEMS – CONDIÇÕES DE HIGIENE E SEGURANÇA REGULARES – LICENCIAMENTO AMBIENTAL E PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SAÚDE (PGRSS) APROVADOS PELO ÓRGÃO COMPETENTE – IRREGULARIDADES SANADAS – ATUAÇÃO RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica porquanto as irregularidades apontadas foram devidamente sanadas após atuação resolutiva do órgão de execução. No decorrer da instrução, houve implementação de melhorias, adequação das condições de higiene e segurança, bem como obtenção do licenciamento ambiental e aprovação do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Saúde do Laboratório de Anatomia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Objeto esvaziado. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001649-5

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Guido Modelli Júnior (Fazenda Limeira)

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Limeira de propriedade de Guido Modelli Júnior, às margens do Rio APA.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE BELA VISTA – MEIO AMBIENTE – APURAR DANO AMBIENTAL NA FAZENDA LIMEIRA – VISTORIA “IN LOCO” – DANO AMBIENTAL NÃO CONSTATADO – ÁREA PRESERVADA – CONSERVAÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA – ISOLAMENTO EM ANDAMENTO –



PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A promoção de arquivamento merece ser homologada, porquanto foi constatada a regularidade jurídico-ambiental da propriedade. Após vistoria in loco pela Polícia Militar Ambiental, identificou-se que a área se encontra preservada, com conservação da vegetação nativa e o isolamento em andamento, inexistindo qualquer dano ambiental. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001655-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Gonçalves de Lima e outra

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Apaporã de propriedade de José Gonçalves de Lima e outra, às margens do Rio APA.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE BELA VISTA – MEIO AMBIENTE – APURAR DANO AMBIENTAL NA FAZENDA APAPORÃ – VISTORIA “IN LOCO” – DANO AMBIENTAL NÃO CONSTATADO – ÁREA ISOLADA E PRESERVADA – VEGETAÇÃO NATIVA CONSERVADA – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A promoção de arquivamento merece ser homologada, porquanto foi constatada a regularidade jurídico-ambiental da propriedade. Após vistoria in loco pela Polícia Militar Ambiental, identificou-se que a área se encontra isolada e preservada, com conservação da vegetação nativa, inexistindo qualquer dano ambiental. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

4. Inquérito Civil nº 06.2020.00001218-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Lourival Gessi Nunes e Sandra Elisa Faune Gessi Nunes

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na Fazenda Sanrival, decorrente da degradação em área de preservação permanente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE ÁGUA CLARA – MEIO AMBIENTE – APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL NA FAZENDA SANRIVAL – DEGRADAÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO – ATENDIMENTO DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta incluindo obrigações de fazer, não fazer e reparar os danos ambientais, justifica o arquivamento do Inquérito Civil. O Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas do acordo foi devidamente instaurado pela Promotoria de Justiça de origem. Decisão em conformidade com o Enunciado nº 09 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000790-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar o teor das informações noticiadas no sítio eletrônico “oportnews”, acerca da regularidade do pagamento de diárias aos vereadores desta municipalidade.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE PEDRO GOMES – APURAR A REGULARIDADE DO PAGAMENTO DE DIÁRIAS AOS VEREADORES DA MUNICIPALIDADE – REGULARIDADE DOS PAGAMENTOS – INEXISTÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO – IRREGULARIDADE NO TOCANTE À AUTORIZAÇÃO DO PAGAMENTO DAS PRÓPRIAS DIÁRIAS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL EXPEDIDA E ACATADA – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do procedimento se justifica, porquanto identificou-se a regularidade dos pagamentos, bem como a inexistência de dano ao erário. No tocante à irregularidade administrativa referente ao Presidente da Câmara Municipal ter autorizado o pagamento das próprias diárias, o órgão de execução expediu recomendação ministerial, a qual foi acatada pela autoridade municipal. Ato ímprobo não configurado. Perda do



objeto. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

6. Inquérito Civil nº 06.2021.00001351-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Marcelo Otaviani di Pietro e Welligton Barbeiro Biava

Assunto: Apurar o desmatamento de 49,69 hectares (ID 32) mencionado no Parecer Técnico nº 216/19/NUGEO, na Fazenda Vista Alegre e Palmeira, de propriedade de Marcelo Otaviani di Pietro.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE RIO NEGRO – MEIO AMBIENTE – APURAR DESMATAMENTO DE 49,69 HECTARES – FAZENDA VISTA ALEGRE E PALMEIRA – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO – ATENDIMENTO DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta incluindo obrigações de fazer, não fazer e reparar os danos ambientais, justifica o arquivamento do Inquérito Civil. O Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas do acordo foi devidamente instaurado pela Promotoria de Justiça de origem. Decisão em conformidade com o Enunciado nº 09 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000427-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Larissa Maria Vituri Vascounto

Assunto: apurar desmatamento de 1,24 hectares de vegetação nativa na Fazenda Amigão III e IV, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 374/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO – MEIO AMBIENTE – APURAR DESMATAMENTO DE 1,24 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA – FAZENDA AMIGÃO III E IV – PROGRAMA DNA AMBIENTAL – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO – ATENDIMENTO DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta incluindo obrigações de fazer, não fazer e reparar os danos ambientais, justifica o arquivamento do Inquérito Civil. O Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas do acordo foi devidamente instaurado pela Promotoria de Justiça de origem. Decisão em conformidade com o Enunciado nº 09 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

8. Inquérito Civil nº 06.2020.00001098-3

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antônio Sérgio Gomes da Silva

Assunto: Apurar desmatamento de 33,42 hectares, possivelmente ilegal, em área de savana (cerrado) Arborizada + Florestada (Sa + Sd), na Fazenda Buritizal, em Rio Verde de Mato Grosso, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 145/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental 2019).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO – MEIO AMBIENTE – APURAR DESMATAMENTO DE 33,42 HECTARES NA FAZENDA BURITIZAL – PROGRAMA DNA AMBIENTAL – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO – ATENDIMENTO DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta incluindo obrigações de fazer, não fazer e reparar os danos ambientais, justifica o arquivamento do Inquérito Civil. O Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas do acordo foi devidamente instaurado pela Promotoria de Justiça de origem. Decisão em conformidade com o Enunciado nº 09 do Conselho Superior



do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

2.1.9. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000893-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Ney Roberto de Souza Marçal e Glaciely Machado Santana

Assunto: Apurar irregularidades constantes dos Autos de Infração nº 17613 e nº 17614 do IMASUL, correspondentes à Fazenda Guabiju, localizada no Município de Bela Vista/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR IRREGULARIDADES CONSTANTES DOS AUTOS DE INFRAÇÃO Nº 17613 E Nº 17614 DO IMASUL, CORRESPONDENTES À FAZENDA GUABIJU, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE BELA VISTA/MS. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. OBJETO ESGOTADO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Da análise dos autos, verifica-se que, após provocação ministerial e com o transcurso do tempo, as áreas de preservação permanente da Fazenda Camponesa (antiga Fazenda Guabiju) foram isoladas e estão preservadas, bem como que a área de reserva legal também está preservada e isolada, livre do acesso de bovinos, de acordo com o proposto no CAR, conforme afirmado pela Polícia Militar Ambiental no Relatório de Vistoria nº 008/2ºGPMA/2022 (fl. 245). Dessa forma, considerando que houve o devido registro da propriedade no CARMS, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, inexistindo razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, razão pela qual vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Silasneiton Gonçalves.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001650-7

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Alindo Buss e Marília Eberhard Buss

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Ajuricaba de propriedade de Alindo Buss e Marília Eberhard Buss, às margens do Rio Apa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR DANO AMBIENTAL CAUSADO NO IMÓVEL FAZENDA AJURICABA DE PROPRIEDADE DE ALINDO BUSS E MARILIA EBERHARD BUSS, ÀS MARGENS DO RIO APA. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. VISTORIA REALIZADA PELA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL. RECOMENDAÇÕES FEITAS PELO DAEX ACATADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Confrontando as recomendações proferidas pelo DAEX (fl. 11) com o Relatório de Vistoria elaborado pela Polícia Militar Ambiental (fls. 147-150), verifica-se que foram tomadas as devidas providências para acatar as sugestões e sanar os danos apontados pelo DAEX na Ficha Cadastral nº 0051. Assim, não havendo nos autos elementos que exijam o prosseguimento das apurações ou a propositura de ação civil pública, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Silasneiton Gonçalves.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002850-3

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sonora

Assunto: Apurar possível destinação diversa da legalmente estabelecida, dos recursos oriundos de compensação financeira de empreendimentos hidrelétricos situados na sub-bacia hidrográfica do Rio Correntes, em Sonora/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR POSSÍVEL DESTINAÇÃO DIVERSA DA LEGALMENTE ESTABELECIDADA, DOS RECURSOS ORIUNDOS DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS SITUADOS NA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CORRENTES, EM SONORA/MS. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. RECOMENDAÇÃO ACATADA. IRREGULARIDADES NÃO CONFIGURADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Após análise dos autos, verifica-se que não foi identificado irregularidades na conduta do Município de Sonora/MS relativas ao objeto deste feito, bem como o Município de



Sonora/MS acatou a Recomendação Ministerial. Inexistindo razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Silasneiton Gonçalves.

4. Inquérito Civil nº 06.2020.00001110-5

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Alberto Almeida da Silva

Assunto: Apurar desmatamento de 24,59 hectares em área de Savana/Floresta Estacional Semidecidual Submontana (Mata Atlântica), na Fazenda Campo Belo, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 162/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental - 2020).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR DESMATAMENTO DE 24,59 HECTARES EM ÁREA DE SAVANA/FLORESTA ESTACIONAL SEMIDECIDUAL SUBMONTANA (MATA ATLÂNTICA), NA FAZENDA CAMPO BELO, EM RIO VERDE DE MATO GROSSO/MS, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME PARECER N. 162/20/NUGEO (PROGRAMA DNA AMBIENTAL - 2020). CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00007033-5 (fls. 121/122) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Silasneiton Gonçalves.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00001392-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Lourival Gessi Nunes

Assunto: Apurar o desmatamento de 2,21 hectares em área de Vegetação Nativa, na Fazenda Sanrival, em Água Clara, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 137/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR O DESMATAMENTO DE 2,21 HECTARES EM ÁREA DE VEGETAÇÃO NATIVA, NA FAZENDA SANRIVAL, EM ÁGUA CLARA, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME PARECER Nº 137/21/NUGEO (PROGRAMA DNA AMBIENTAL). CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00007004-6 (fl. 101) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Silasneiton Gonçalves.

Campo Grande, 26 de setembro de 2022.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

**AVISO Nº 66/2022/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência do **recurso** na seguinte **Notícia de Fato**:

1) Notícia de Fato nº 01.2022.00006363-4 (Sigiloso) - 3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia.

Campo Grande, 26 de setembro de 2022.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL**EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 33/2022**

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2022.00005647-7

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Biana Karina Barros da Costa

Donatário: Polícia Militar Ambiental de Anastácio, representado por seu Comandante, 1º Ten. QAOPM Anderson Abraão Elias de Oliveira

Amparo legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 6 de julho de 2022.

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Armário	3
2	Suporte CPU	2
3	Estação de trabalho	2
4	Cadeira	4
TOTAL DE ITENS		11

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 44/PGJ/2018**

Processo: PGJ/10/1671/2018

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **REFORCE SISTEMAS ELETRÔNICOS E TECNOLOGIA LTDA.**, representada por **Alysson Rodrigo Venâncio**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 17/PGJ/2018.

Amparo legal: Artigo 65, inciso I, alínea "b" e §1º, da Lei nº 8.666/1993.

Objeto: Acréscimo de valor, no importe de R\$ 329,73 (trezentos e vinte e nove reais e setenta e três centavos) mensais, referente à inclusão de mais uma unidade deste Ministério Público na prestação dos serviços no objeto da contratação.

Valor estimado anual: R\$ 286.865,39 (duzentos e oitenta e seis mil oitocentos e sessenta e cinco reais e trinta e nove centavos).

Vigência: 21.09.2022 a 06.08.2023.

Data de assinatura: 21 de setembro de 2022.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 124/PGJ/2022**

Processo nº 09.2022.00007695-1

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- AÇÃO COLETIVO TREINAMENTOS E MENTORIA PROFISSIONAL LTDA., representada por **Marianne Rodrigues Gomes**, por **Flavia Renata de Oliveira** e por **Máyra de Souza Machado**.

Procedimento licitatório: Contratação direta por inexigibilidade.

Amparo legal: Artigo 25, inciso II, c/c artigo 13, VI, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Capacitação por meio do curso denominado “Formação *Lean-Agile Master*”, a ser ministrado pela Contratada, com carga horária de 32 horas, destinado a servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor total: R\$ 44.925,00 (quarenta e quatro mil novecentos e vinte e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000497, de 13.09.2022.

Vigência: 23.09.2022 até 23.09.2023.

Data de assinatura: 23 de setembro de 2022.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 131/PGJ/2022

Processo nº 09.2022.00001720-7

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- SUPER ACESSO INFORMAÇÃO LTDA, representada por **Rosemeri Lampert Severo de Souza**;

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 20/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Prestação de serviço/fornecimento de *clipping* jornalístico de rádio, TV, jornais, sites, blogs e portais, com monitoramento de mídia, gestão de informação e análise de conteúdo de temas de interesse do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor anual da contratação: R\$ 79.999,92 (setenta e nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE004400, de 21.09.2022.

Vigência: 26.09.2022 até 26.09.2023.

Data de assinatura: 26 de setembro de 2022.

EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO

Processo de Gestão Administrativa nº 09.2022.00002861-5

Notificada: M Giroldo Decora Ltda

M GIROLDO DECORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 18.900.026/0001-51, sediada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 2.739, Centro, CEP 87.120-000, na cidade de Floresta/PR, representada neste ato por João Carlos Guerra, portador da Cédula de Identidade RG nº 2xxxxxx6 SSP/PR e do CPF nº 517.xxx.xxx-20, fica notificada da aplicação da sanção de multa moratória de 10% (dez por cento) do valor global do contrato (item 9.1.2., da cláusula nona, do Contrato nº 42/PGJ/2022). A empresa poderá recorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis (art. 109, inciso I, alínea “f”, da Lei nº 8.666/93). A empresa deverá adimplir o valor total da multa de R\$ 129,28 (cento e vinte e nove reais e vinte e oito centavos) no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de inscrição em dívida ativa e cobrança judicial, na seguinte conta bancária: (001) Banco do Brasil; Agência 2576-3; Conta Corrente 50.120-4; CNPJ 03.464.870/0001-00 – Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público; preenchendo-se o campo nº 2 de identificação com o CNPJ da empresa e o campo nº 3 com o nome da empresa. Não havendo o pagamento voluntário da multa resta desde já autorizado o desconto do respectivo valor dos pagamentos a que fizer jus a contratada (item 9.3, da cláusula nona, do contrato c/c artigo 87, §1º, da Lei nº 8.666/1993). Decorrido o prazo sem que haja oferecimento de recurso e pagamento da multa será providenciada a inscrição das penalidades no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), com respaldo na Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018. Havendo interesse na obtenção de cópia reprográfica ou digital do processo administrativo vinculado ao instrumento contratual, deverão ser atendidas as disposições da Ordem de Serviço nº 01/2022-PGJ, de 21 de fevereiro de 2022, disponível em <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/61147>. Os autos terão continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da Contratada, assegurando-se o contraditório e ampla defesa. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-8913, no horário de expediente das 12h às 19h. Nada mais.

**EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO**

Processo de Gestão Administrativa nº 09.2022.00002512-9

Notificada: M Giroldo Decora Ltda

M GIROLDO DECORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 18.900.026/0001-51, sediada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 2.739, Centro, CEP 87.120-000, na cidade de Floresta/PR, representada neste ato por João Carlos Guerra, portador da Cédula de Identidade RG nº 2xxxxxx6 SSP/PR e do CPF nº 517.xxx.xxx-20, fica notificada da aplicação da sanção de multa moratória de 10% (dez por cento) do valor global do contrato (item 9.1.2., da cláusula nona, do Contrato nº 43/PGJ/2022). A empresa poderá recorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis (art. 109, inciso I, alínea “f”, e §§ 1º e 4º do mesmo artigo, da Lei nº 8.666/93). A empresa deverá adimplir o valor total da multa de R\$ 1.546,98 (um mil quinhentos e quarenta e seis reais noventa e oito centavos) no prazo de 15 (quinze) dias corridos, sob pena de inscrição em dívida ativa e cobrança judicial, na seguinte conta bancária: (001) Banco do Brasil; Agência 2576-3; Conta Corrente 50.120-4; CNPJ 03.464.870/0001-00 – Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público; preenchendo-se o campo nº 2 de identificação com o CNPJ da empresa e o campo nº 3 com o nome da empresa. Não havendo o pagamento voluntário da multa resta desde já autorizado o desconto do respectivo valor dos pagamentos a que fizer jus a contratada (item 9.3, da cláusula nona, do contrato c/c artigo 86, § 3º e artigo 87, §1º, da Lei nº 8.666/1993). Decorrido o prazo sem que haja oferecimento de recurso e pagamento da multa será providenciada a inscrição das penalidades no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), com respaldo na Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018. Havendo interesse na obtenção de cópia reprográfica ou digital do processo administrativo vinculado ao instrumento contratual, deverão ser atendidas as disposições da Ordem de Serviço nº 01/2022-PGJ, de 21 de fevereiro de 2022, disponível em <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/61147>. Os autos terão continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da Contratada, assegurando-se o contraditório e ampla defesa. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-8913, no horário de expediente das 12h às 19h. Nada mais.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0032/2022/34PJ/CGR**

Inquérito Civil nº 06.2020.00001231-5

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) nos autos do Inquérito Civil nº 06.2020.00001231-5, que estará à disposição de quem possa interessar no endereço da promotoria acima descrito, bem como o procedimento poderá ser acessado integralmente via internet, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

COMPROMISSÁRIOS: DIRCEU PAULO BIGATON, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG nº 480.381 SSP/MS, e inscrito no CPF sob o nº 203.104.631-49, residente e domiciliado à Avenida Centáurea, nº 93, Cidade Jardim, nesta capital, e ADRIANA REGINA BUENO, brasileira, união estável, CPF 554.091.641-72, residente e domiciliada à Avenida Centáurea, nº 93, Cidade Jardim, nesta capital, acompanhados do advogado Leonardo Furtado Loubet.

Objeto: FAZENDA TRÊS CORAÇÕES, inscrita sob o n. CARMS0006670, com código no SICAR MS-5002704-E2497A74C2464BBFADA73D2F8542C935, situado no município de Campo Grande, MS, com matrícula de nº 208.358 do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição imobiliária de Campo Grande.

Campo Grande, 19 de setembro de 2022

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0034/2022/34PJ/CGR**

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000646-5

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Fernando Peres Carvalho

Objeto(s): Apurar desmatamento ilegal de vegetação nativa detectados no programa DNA Ambiental na Fazenda do Lontra I, matrícula 254.137.

Campo Grande, 26 de setembro de 2022

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0035/2022/34PJ/CGR

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000691-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Décio Vieira de Rezende, Iracy Menezes de Rezende, José Elnício Moreira de Souza, Agropecuária Água Emendada Ltda.

Objeto(s): Apurar o suposto desmatamento ilegal de 1,39 hectares no imóvel rural Fazenda Salto e Santa Rosa – Gleba 2 (CARMS0068449)

Campo Grande, 26 de setembro de 2022

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA
Promotor de Justiça

DOURADOS**EDITAL Nº 0003/2022/05PJ/DOS**

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, na Rua João Corrêa Neto, 400, Santo Antônio, nesta cidade, telefone: (67) 3410-3600, conforme descrição abaixo:

Procedimento Administrativo n. 09.2022.00009341-7

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Investigado: Rafael Silva Lemes

Objeto: Desmembramento decorrente de oferecimento de ANPP para coautor, para análise quanto ao oferecimento de Denúncia em face de Rafael Silva Lemes.

Dourados-MS, 23 de setembro de 2022.

CLAUDIO ROGÉRIO FERREIRA GOMES
Promotor de Justiça

**EDITAL N° 0005/2022/05PJ/DOS**

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, na Rua João Corrêa Neto, 400, Bairro Santo Antônio, nesta cidade, telefone: (67) 3410-3600, conforme descrição abaixo:

Procedimento Administrativo n. 09.2022.0009624-7

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Investigado: Andersson Guimarães de Sá Cavalcanti de Albuquerque.

Objeto: Desmembramento decorrente de oferecimento de ANPP para coautor, para análise quanto ao oferecimento de denúncia em face de Andersson Guimarães de Sá Cavalcanti de Albuquerque.

Dourados-MS, 26 de setembro de 2022.

CLAUDIO ROGÉRIO FERREIRA GOMES

Promotor de Justiça

EDITAL N° 0006/2022/05PJ/DOS

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, na Rua João Corrêa Neto, 400, Santo Antônio, nesta cidade, telefone: (67) 3410-3600, conforme descrição abaixo:

Procedimento Administrativo n. 09.2022.00009338-3

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Investigado: Deivid José Fuentes

Objeto: Desmembramento decorrente de oferecimento de ANPP para coautor, para análise quanto ao oferecimento de denúncia em face de Deivid José Fuentes.

Dourados-MS, 26 de setembro de 2022.

CLAUDIO ROGÉRIO FERREIRA GOMES

Promotor de Justiça

EDITAL N° 0013/2022/16PJ/DOS

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 12 de setembro de 2022, entre o Ministério Público Estadual, por meio da 16ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS e UEMS - Universidade do Estado de Mato Grosso do Sul, CNPJ n. 86.891.363/0001-80, firmado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2015.00000332-2, instaurado para apurar notícia indicativa da ocorrência de atos de improbidade administrativa no âmbito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Dourados, 26 de setembro de 2022.

RICARDO ROTUNNO

Promotor de Justiça



COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

IGUATEMI

EDITAL N° 0026/2022/PJ/IGU

A Promotoria de Justiça de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, centro, nesta cidade.

Inquérito Civil 06.2022.00000912-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ilda de Araujo Correia, Leoncio Correia

Objeto: Apurar desmatamento de 1,61 hectares sobre área de preservação permanente na Fazenda Adonai em Tacuru/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n° 77/22/NUGEO - complementar aos 49/16/NUGEO e 21/16/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Iguatemi, 23 de setembro de 2022

ANDRÉ LUIZ DE GODOY MARQUES

Promotor de Justiça Substituto

JARDIM

EDITAL N° 0009/2022/02PJ/JIM

A Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Jardim/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas abaixo relacionado, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e pode ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem interessar na Avenida Coronel Stuck, 85, Centro, cidade e Comarca de Jardim –CEP. 79.240-000

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas n° 09.2022.00007626-2.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A apurar.

Assunto: Acompanhar a implementação e aplicação de políticas públicas pelo Município de Jardim/MS para atendimento de crianças e adolescentes usuários de substâncias entorpecentes.

Jardim, 19 de setembro de 2022.

LIA PAIM LIMA.

Promotora de Justiça.

SÃO GABRIEL DO OESTE

INQUÉRITO CIVIL N° MP 06.2021.00001462-8

Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

RECOMENDAÇÃO

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por seu Promotor de Justiça que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 127, *caput*, da Constituição Federal; art. 27, parágrafo único, Inciso IV da Lei Federal n° 8.625 de 12/02/93; art. 29, IV da Lei Complementar Estadual n° 072 de 19/01/94; e art. 44 da Resolução n° 015-PGJ de 27/11/07;



CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que compete à Administração Pública a observância e fiel execução das leis que regem as contratações públicas, mormente os regramentos previstos nas leis que norteiam os contratos administrativos, como é o caso da Lei n. 8.666/93 e da Lei n. 14.133/21, a fim de resguardar o erário de eventuais prejuízos;

CONSIDERANDO o quantum disposto no art. 67 e parágrafo primeiro da Lei 8.666/93, relativamente à fiscalização do contrato por representante da Administração, mormente por profissional técnico hábil à constatação da regularidade do objeto contratado, que contém, *in litteris*:

Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CONSIDERANDO que "*Obras e serviços não fiscalizados ou fiscalizados de modo deficiente representam um enorme espaço para prejuízo*" e que "*O fiscal, portanto, tem uma importância ímpar para garantir, por exemplo, que a obra ou o serviço foram realizados com qualidade e de acordo com a boa técnica.*" (Responsabilização de Agentes Segundo a Jurisprudência do TCU – Uma abordagem a partir de Licitações e Contratos. 2013, Tribunal de Contas de União.)

CONSIDERANDO que, a respeito da fiscalização do contrato, a doutrina especializada, por seu ilustre ¹Marçal Justen Filho, leciona:

O regime de Direito Administrativo atribui à Administração o poder-dever de fiscalizar a execução do contrato (art. 58, III). Compete à Administração designar um agente seu para acompanhar diretamente a atividade de outro contratante. O dispositivo deve ser interpretado no sentido de que a fiscalização pela Administração não é mera faculdade assegurada a ela. Trata-se de um dever, a ser exercitado para melhor realizar os interesses fundamentais. Parte-se do pressuposto, inclusive, de que a fiscalização induz o contratado a executar de modo mais perfeito os deveres a ele impostos.

CONSIDERANDO que a negligência no exercício da fiscalização de contrato atrai responsabilidade por danos, consoante entendimento há muito firmado pelo Tribunal de Contas da União e externado no Acórdão nº 859/2006 – Plenário:

"A negligência de fiscal da Administração na fiscalização de obra ou acompanhamento de contrato atrai para si a responsabilidade por eventuais danos que poderiam ter sido evitados, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.443/1992."

CONSIDERANDO que se a despeito da fiscalização realizada pela Administração ainda se constatar a ocorrência de dano, compete à Administração Pública a adoção das providências cabíveis a fim de perseguir a completa e devida reparação aos cofres públicos, a fim de evitar tanto o dano ao erário, quanto o enriquecimento ilícito do particular contratado;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 69, da Lei n. 8.666/93 (Lei de Licitações), "*O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.*"

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 11ª ed. São Paulo: Dialética. P. 560



CONSIDERANDO, ainda, que nessa toada, o art. 70 do mesmo diploma legal preceitua que "*O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.*"

CONSIDERANDO que a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n. 14.133/21), sob a epígrafe "**DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS**", *in verbis*, dispõe:

Art. 119. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

Art. 120. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

CONSIDERANDO a instauração do Inquérito Civil n. 06.2021.00001462-8, em trâmite na 1.^a Promotoria de Justiça de São Gabriel do Oeste, o qual tem como objeto "*apurar denúncia de irregularidade na execução de obra pública licitada pelo Município de São Gabriel do Oeste/MS, objeto do Processo Administrativo n. 13212/2019, que deu ensejo à subscrição do Contrato Administrativo n. 290/2019 – Obras de Construção do Muro do Lixão.*"

CONSIDERANDO que os documentos que instruem o inquérito civil em apreço demonstram que o Município de São Gabriel do Oeste, no bojo do Contrato Administrativo n. 290/2019 – Obras de Construção do Muro do Lixão, sofreu flagrante prejuízo pela má-execução do objeto do contrato, o qual precisou ser refeito, sendo que a obra de reconstrução foi custeada pelo município, é dizer, pagou o preço ajustado pela execução do contrato e depois pagou a reexecução, a qual deveria, nos termos legais acima transcritos, correr às expensas do contratado (art. 119, Lei n. 14.133/21);

CONSIDERANDO que, conforme se extrai dos documentos que instruem o Apuratório Ministerial, o Município de São Gabriel do Oeste/MS, até o momento, não adotou providências efetivas para a responsabilização da parte contratada e imposição das sanções administrativas e judiciais cabíveis, nada obstante o risco de se quedar impune a conduta da contratada face ao prejuízo causado;

RECOMENDA:

- Ao Município de São Gabriel do Oeste/MS, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Jeferson Luiz Tomazoni, que, por intermédio das Secretarias envolvidas e pela Procuradoria Jurídica do Município, adote as ações necessárias, suficientes à completa e devida responsabilização da empresa contratada (Contrato Administrativo n. 290/2019) nas esferas administrativa e judicial, a fim de lhe serem aplicadas as sanções legalmente previstas e pleiteado o integral ressarcimento dos danos constatados.

- Ao Município de São Gabriel do Oeste/MS, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Jeferson Luiz Tomazoni, Gestor Municipal, que promova dentre as Secretarias e setores responsáveis o fomento da adequada fiscalização da execução dos contratos firmados, por profissionais habilitados conforme a matéria, mormente a fim de garantir que o objeto executado detenha as características e qualidade descritas no contrato (e eventual memorial descritivo), adotando, com isso, uma postura fiscalizatória preventiva na proteção do patrimônio público disposto nas contratações.

Por fim, nos termos do art. 45, *caput* e parágrafo único, da Resolução n. 015/2007/PGJ, aguarda-se o prazo de 30 (trinta) dias para que o recomendado, por seu Gestor Municipal, responda, por escrito, a este expediente, devendo providenciar, *incontinenti*, a divulgação adequada e imediata da presente recomendação em todos os meios de comunicação disponíveis, sem prejuízo da publicação que será providenciada pelo próprio Ministério Público Estadual.

São Gabriel do Oeste/MS, *data da assinatura digital*.

DANIEL HIGA DE OLIVEIRA
Promotor de Justiça